

# DESIGUALDADES RACIAIS E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA RMSP (2000-2010)

Este capítulo apresenta análises de dados amostrais dos Censos de 2000 e 2010 para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O diagnóstico das desigualdades educacionais, ocupacionais e de renda nos permite especificar o contexto social a partir do qual construímos nossas questões de pesquisa acerca da segregação residencial. O objetivo é dar ênfase à segregação residencial enquanto dimensão que, por um lado, decorre e compõe as desigualdades e contribui para reproduzi-las e, por outro, possui dinâmicas próprias, com descompassos com relação às mudanças nas desigualdades e estratificação social.

Compõe este capítulo uma discussão sobre classes sociais, mais especificamente sobre classes médias. Os dados de desigualdades raciais são, portanto, analisados à luz deste debate, dando relevo à inserção de negros em classes médias e sobre as mudanças na estratificação no Brasil contemporâneo.

Em seguida, técnicas de mensuração de segregação residencial são aplicadas aos dados censitários da RMSP de 2000 e 2010 visando descrever os contornos e tendências da segregação por raça na metrópole paulistana em período recente. São empregadas variadas técnicas de medida uma vez que cada uma delas tem suas próprias vantagens e limitações. Pretendemos, assim, deixar explícito que cada forma de mensuração revela um retrato parcial da segregação, que deve ser

complementado não apenas com outros indicadores, mas também com outros métodos de descrição para que possamos obter um retrato mais completo das especificidades do fenômeno.

## 2.1. SOBRE CLASSES SOCIAIS E A NOÇÃO DE CLASSE MÉDIA

Neste texto, como decorrência de resultados obtidos em trabalhos anteriores onde demonstramos que a segregação racial aumenta conforme consideramos camadas intermediárias e superiores da estratificação social (França 2010; 2015), damos forte ênfase a uma discussão sobre a inserção de negros na classe média bem como na segregação por raça nessa classe social. No entanto, há muito tempo o uso da expressão classe média costuma gerar entendimentos ambíguos e tais compreensões imprecisas têm aumentado no Brasil recente. Disso decorre a necessidade de delinear-mos com maior clareza nosso emprego de expressões de classe e/ou relativas à estratificação social.

A questão da classe média ou das camadas intermediárias é tradicional tema de debates na teoria sociológica. A existência das camadas intermediárias foi particularmente problemática para as teorizações marxistas. Embora tenha se referido, em suas análises, a uma multiplicidade de classes e frações de classes, Marx previa que o desenvolvimento do capitalismo levaria a um declínio da antiga classe média de artesãos e pequenos proprietários e a uma crescente polarização entre duas classes: capitalistas (burguesia) e trabalhadores (proletariado). De fato, houve um declínio desta antiga classe média, no entanto emergiu uma “nova classe média” de administradores, gerentes, supervisores, profissionais etc. Tratam-se de grupos ocupacionais que não são capitalistas, mas também não são explorados como o proletariado, detendo altos graus de autonomia e de controle de seus trabalhos (Grusky 2008). Entretanto, esta “nova classe média” não se trata da mesma “nova classe média” da qual têm-se falado no Brasil recente.

O florescimento da chamada “nova classe média” juntamente com a tese de que a esta camada pertence a maior parte da população do Brasil têm sido tema de diversos debates acadêmicos e na esfera pública brasileira nos últimos anos. Esta discussão foi suscitada por uma importante pesquisa coordenada pelo economista Marcelo Neri (2008), que revelou o crescimento das camadas intermediárias na *distribuição de renda* brasileira no início do século XXI. A “nova classe média” corresponde, na pesquisa deste autor, aos indivíduos cuja renda se

encontra entre a mediana e o nono decil da distribuição de renda; ou seja, trata-se de uma ampla faixa de renda situada acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos. Esta faixa tem sido ser chamada, também, de “Classe C”.

Esta forma de definir classe média a partir da renda provocou uma série de reações na Sociologia brasileira (por exemplo, Souza 2010; Xavier Sobrinho 2011, Scalón & Salata 2012, Salata 2015). Estes autores não discordam do crescimento da proporção de indivíduos nas camadas intermediárias de renda, mas argumentam que não se trata realmente de uma classe média, mas sim de “ex-pobres”, “remediados” que experimentaram um recente aumento de renda, “pessoas que recém emergiram da condição de pobreza (...) ainda distantes de um padrão de vida estável” (Uchoa, Kerstenetzky e Silva 2013: 20). Além disso, de acordo com diversas tradições de reflexão sociológica, um recorte de renda não seria suficiente para se falar em classe média.

Scalón e Salata (2012) mostram que autores como Charles Wright Mills, John Goldthorpe e Eric Olin Wright – cânones contemporâneos no estudo de classes sociais e vinculados a distintas tradições teóricas – definem classe média não pela renda, mas por critérios relativos às características ocupacionais dos indivíduos. Nos três autores são citados como membros da classe média os gerentes, supervisores, profissionais, técnicos de auto nível, trabalhadores de escritório etc<sup>1</sup>.

Desta maneira, na presente pesquisa optamos também por utilizar variáveis ocupacionais para operacionalizar a noção de classe social<sup>2</sup>. Nesse sentido,

---

<sup>1</sup> “Assim, na literatura sociológica sobre estratificação podemos verificar a importância que é atribuída à ocupação dos indivíduos, pois permitem melhor identificar a situação de classe dos mesmos – dada, segundo Weber (1979), pelo componente causal específico de suas chances de vida, na medida em que esse componente é representado, exclusivamente, por interesses econômicos, na posse de bens e oportunidades de rendimentos, sob as condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho. Nesse sentido, a(s) classe(s) média(s) costumam ser identificadas, por exemplo, pelas situações de mercado e trabalho que formam a *service class*, de Goldthorpe (2000), ou os trabalhadores de colarinho branco, de Mills (1951). Ou seja, dizem respeito a agregados de indivíduos/ocupações que partilham de *situações de classe* semelhantes, de uma maneira geral localizadas entre os grandes empregadores e os trabalhadores manuais.” (Scalón & Salata 2012: 391).

<sup>2</sup> Referimo-nos a classes sociais como classes prováveis, tal como sugerido em Bourdieu (1989), delimitadas por dados estatísticos para fins de classificação teórico-explicativa, como “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (p. 136). No Capítulo 3, aprofundaremos a discussão sobre o conceito de classe social e as articulações entre classe, raça e espaço urbano no Brasil.

adotamos o “esquema” EGP de classificações ocupacionais. Trata-se de uma sistemática de estratificação sócio-ocupacional utilizada internacionalmente em estudos comparativos. Tal “esquema” foi proposto por Erikson, Goldthorpe & Portocarrero (1979) e adaptado para a estratificação da RMSP por Barbosa & Marschner (2013). São consideradas aqui oito categorias ocupacionais. Abaixo, cada uma delas com seus respectivos exemplos de ocupações incluídas:

- Proprietários e Empregadores: inclui tanto grandes empregadores quanto donos de pequenos e grandes comércios e escritórios etc.
- Profissionais, nível alto: Dirigentes e gerentes públicos e privados, engenheiros, arquitetos, médicos, dentistas, professores de ensino superior, juizes e advogados, contadores, psicólogos etc.
- Profissionais, nível baixo: Enfermeiros e técnicos de enfermagem, designers, fisioterapeutas, nutricionistas, professores de ensino médio, publicitários, jornalistas, administradores, artistas, assistentes sociais, secretários executivos, analistas de sistemas, corretores de imóveis, ações e seguros etc.
- Técnicos e Supervisores do Trabalho Manual: Técnicos em geral (eletricidade, eletrônica, química, laboratório etc.), mecânicos, supervisores da construção, fotógrafos, joalheiros etc.
- Trabalhadores Não-Manuais de Rotina, nível alto: professores de ensino fundamental e educação infantil, secretários e escriturários, educadores físicos, organizadores de eventos, trabalhadores de controle de estoques, policiais etc.
- Trabalhadores Não-Manuais de Rotina, nível baixo: telefonistas e trabalhadores de centrais de atendimentos, recepcionistas, balconistas e supervisores de lojas, garçons, caixas, vendedores a domicílio, trabalhadores de cuidados pessoais, guardas, mensageiros, carregadores e entregadores etc.
- Trabalhadores Manuais Qualificados: Cozinheiros e padeiros, cabeleireiros, trabalhadores da beleza, pedreiros, carpinteiros e marceneiros, pintores, açougueiros, operadores de máquinas, costureiros, condutores de motocicletas, automóveis e caminhões etc.
- Trabalhadores Manuais Semiqualeificados ou Não-Qualificados: Trabalhadores de limpeza e de serviços domésticos, porteiros, trabalhadores elementares da indústria, carregadores, repositores de

prateleiras, vendedores ambulantes, coletores de material reciclável, classificadores de resíduos etc.

Scalon e Salata (2012), visando manter conformidade com os autores canônicos mencionados, utilizam o esquema EGP considerando como constituintes da classe média as categorias de Proprietários e Empregadores, Profissionais (de alto e baixo nível) e de Trabalhadores Não-Manuais de Rotina (de alto e baixo nível)<sup>3</sup>.

No entanto, há controvérsias se as categorias ocupacionais dos Trabalhadores Não-Manuais de Rotina devem ser consideradas como classe média. Os indicadores socioeconômicos como renda e educação dos Trabalhadores Não-Manuais tendem a aproximá-los mais da categoria dos Trabalhadores Manuais e do que das categorias dos Profissionais e dos Proprietários e Empregadores. Isso se verifica na RMSp, conforme demonstrado por Marques, Barbosa e Prates (2015)<sup>4</sup>. Salata (2015) destaca, ainda, a importância da identificação enquanto pertencente à classe média para a delimitação destes estratos. Nesse sentido, o autor demonstra que

a identificação com a “classe média” é destacadamente mais comum entre “profissionais” e “administradores”, pessoas com rendimentos elevados, 12 anos ou mais de escolaridade, e práticas de consumo distintas. Entre as categorias intermediárias, no entanto, a distribuição das identidades de classe é mais “apagada”, menos clara, de modo que nenhuma categoria se destaca das demais. (Salata 2015: 120).

---

<sup>3</sup> Considerando este conjunto de categorias ocupacionais como representando a classe média, Scalon e Salata (2012), comparando dados das PNADs (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) de 2002 e 2009, mostram que, diferentemente das assertivas de Neri (2008) sobre o crescimento da “nova classe média”, no Brasil, o crescimento da classe média neste período foi pequeno. A proporção de indivíduos ocupados nestas categorias cresceu de 30,9% em 2002 para 32% em 2009.

<sup>4</sup> Mesmo Scalon e Salata (2012) apresentam argumentos teóricos e empíricos que distanciam este grupo da classe média. “Para Goldthorpe (2000), no entanto, os trabalhadores não manuais de rotina estariam mais próximos do *labour contract* do que do *service relationship* – esse último, típico dos profissionais e administradores. A classificação desse segmento (não manuais de rotina) entre classe média ou classe trabalhadora costuma gerar divergências” (p. 395). “a classe dos trabalhadores não manuais de rotina, que poderíamos tomar como o centro de gravidade da *nova classe média* de Mills (1951), se encontra, em termos de rendimentos, mais próxima dos trabalhadores manuais do que dos profissionais e administradores ou pequenos empregadores.” (p. 398).

Assim, neste trabalho, atribuiremos o termo *classe média* a indivíduos pertencentes às categorias ocupacionais de Profissionais (de nível alto e baixo) e de Proprietários e Empregadores.

Não obstante, paralelamente, aplicaremos outra nomenclatura. Para sintetizar e facilitar a interpretação dos diferenciais entre as oito categorias sócio-ocupacionais EGP, agruparemos elas em três *camadas sociais*, semelhante ao que fizeram Marques, Barbosa e Prates (2015: 36). Nas camadas superiores estão as categorias de proprietários e empregadores e de profissionais de alto nível; as camadas intermediárias são compostas por profissionais de nível baixo, técnicos e supervisores do trabalho manual e trabalhadores não-manuais de rotina de alto nível; as camadas baixas reúnem trabalhadores não-manuais de rotina de baixo nível, trabalhadores manuais qualificados, e trabalhadores manuais semiquualificados ou não qualificados.

## 2.2. DESIGUALDADES RACIAIS

A composição de uma dada população por grupos de raça/cor<sup>5</sup> tem forte relevância para a caracterização das relações e desigualdades raciais. “Raça/cor” é uma variável presente nos Censos brasileiros desde o final do século XIX. Desta época até atualmente, a composição racial da população brasileira passou por muitas mudanças (Cf. Telles 2012). Mais recentemente, observa-se a diminuição da proporção daqueles que se declaram brancos, com o crescimento de pretos e pardos. Tal constatação também se verifica para o caso específico da RMSP, conforme podemos observar na Tabela 1 abaixo.

---

<sup>5</sup> “Cor” é entendida aqui como uma categoria racial. Tal qual nos ensina Guimarães (2003: 103-4): “(...) a análise dessa categoria, no Brasil, nos leva à conclusão, sem grande dificuldade, de que a classificação por cor é orientada pela idéia (sic) de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum (...) O meu argumento é o seguinte: “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia (sic) de raça que orienta essa forma de classificação.”

**Tabela 1: População da RMSP por Raça / Cor. 2000 e 2010.**

Raça / Cor	2000		2010	
	N (em mil)	%	N (em mil)	%
Branca	11.714	65,5	11.549	58,7
Preta	872	4,9	1.244	6,3
Parda	4.823	27,0	6.495	33,0
Amarela	295	1,7	361	1,8
Indígena	32	0,2	22	0,1
Ignorado	140	0,8	8	0,0
Total	17.879	100,0	19.683	100,0

Obs.: Números absolutos em milhares.

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

A população da Região Metropolitana de São Paulo cresceu algo como 1,8 milhão de habitantes, ou cerca de 10%, de 2000 para cá. Neste período houve redução absoluta e relativa da população branca (de 65,5% para 58,7%), e aumento substancial de pretos (de 4,9% para 6,3%) e pardos (de 27% para 33%). Deste modo, os brancos continuam sendo maioria, mas sua população teve queda de 1,4%, ao passo que os pardos cresceram 34% e os pretos 42%. Este substancial aumento de pretos e pardos deve ser considerado para a análise das desigualdades a fim de evitar leituras errôneas acerca de mudanças na participação destes grupos em determinadas categorias e posições na estratificação social.

É fato que os aumentos e reduções da composição por cor decorrem, em boa parte, da miscigenação e de tendências demográficas, como a migração, a fecundidade e a mortalidade em cada grupo. Não obstante, outro fator também preponderante – e que tem ganhado grande atenção num contexto de forte mobilização de identidades e de implementação de políticas públicas de recorte racial – é a reclassificação racial: o caso de indivíduos que mudam sua declaração de raça / cor no decorrer de suas vidas. Não temos evidências que nos assegurem quais seriam as razões de tais mudanças na composição racial da população, mais é provável que a reclassificação racial tenha importante papel.

No que diz respeito às realizações educacionais da população brasileira, notamos grandes evoluções neste início do século XXI: consolidou-se a (quase) universalização do ensino fundamental, houve importante crescimento do ensino médio e uma notável abertura no acesso ao ensino superior. Tais avanços edu-

cacionais tiveram clara manifestação na população da RMSP. Na Tabela 2 apresentamos o nível de instrução dos indivíduos acima de 25 anos de idade – faixas de idade nas quais os indivíduos já teriam completado seus ciclos educacionais e participariam do mercado de trabalho, trazendo consigo suas credenciais.

**Tabela 2: Nível de instrução dos indivíduos acima de 25 anos na RMSP. 2000 e 2010.**

Nível de Instrução		2000			
		Branços	Pardos	Pretos	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	N (em mil)	2.167	1.339	266	3.773
	%	33,8	56,7	51,5	40,6
Fundamental completo e médio incompleto	N (em mil)	1.846	643	147	2.637
	%	28,8	27,2	28,5	28,4
Médio completo e superior incompleto	N (em mil)	1.472	324	83	1.880
	%	23,0	13,7	16,1	20,2
Superior completo	N (em mil)	927	54	19	1.002
	%	14,5	2,3	3,9	10,8
Total	N (em mil)	6.415	2.361	516	9.293
	%	100,0	100,0	100,0	100,0
Nível de Instrução		2010			
		Branços	Pardos	Pretos	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	N (em mil)	2.287	1.756	370	4.414
	%	31,6	48,6	45,3	37,8
Fundamental completo e médio incompleto	N (em mil)	1.142	682	147	1.972
	%	15,8	18,9	18,1	16,9
Médio completo e superior incompleto	N (em mil)	2.132	965	233	3.331
	%	29,4	26,7	28,5	28,5
Superior completo	N (em mil)	1.679	212	65	1.958
	%	23,2	5,9	8,0	16,8
Total	N (em mil)	7.242	3.617	817	11.676
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: Números absolutos (Ns) em milhares.

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

No ano 2000, era maior que 40% a proporção da população que não completou nem o primeiro ciclo educacional, o ensino fundamental. Este grupo di-



minuiu pouco, passando a contar com 37,8% da população em 2010. No entanto, neste último ano, 45,3% da população da metrópole paulistana tinha pelo menos o ensino médio, contra 31% em 2000. Assim, em 2010, as maiores parcelas da população ou não concluíram o primeiro ciclo, ou possuem diploma do ensino médio ou superior. Existe, contudo, uma associação com a idade dos indivíduos. Com isso, por um lado há uma baixa escolarização mais pronunciada nas faixas etárias mais idosas e, por outro, a conclusão do ensino fundamental seria muito mais ampla para as gerações mais novas, que buscariam, também, a conclusão do ensino médio e a entrada no superior.

No entanto, quase metade dos pretos e pardos ainda possui escolaridade mais baixa que o ensino fundamental. Para estes grupos, o principal progresso educacional no período é o crescimento da proporção de indivíduos com o diploma do ensino médio: era de cerca de 15% em 2000 e está entre 25% e 30% em 2010. Entre os pretos, a proporção daquelas nas categorias de maior escolaridade é levemente maior que entre os pardos, tanto para 2000 quanto para 2010. A posse do diploma universitário cresceu para todos os grupos, mas os brancos concentraram o acesso a tais oportunidades: quase 86% dos indivíduos com ensino superior são brancos. Em suma, apesar da melhora geral do quadro educacional, permanecem fortes as desigualdades raciais nesta dimensão: 52,6% dos brancos possui ensino médio ou superior, enquanto que 66,6% dos negros não concluiu o ensino básico. Tais desigualdades educacionais deverão se refletir nas desigualdades de rendimentos.

A Tabela 3 apresenta as médias dos rendimentos mensais do trabalho principal de brancos, pretos e pardos acima de 25 anos, participantes da população ocupada. Considerando as rendas médias, em 2000 pretos e pardos ganhavam pouco menos da metade do que ganhavam os brancos. Esta situação se alterou muito pouco em 2010: ambos os grupos continuam ganhando menos da metade do que os brancos, havendo apenas uma pequena melhora na renda dos pretos. Os dois grupos permanecem com rendas muito próximas entre si e distantes da renda média dos brancos. E, assim como em 2000, em 2010 as desigualdades raciais são menores nas duas categorias de menor escolaridade e mais fortes nas categorias de maior escolaridade. Ou seja, em consonância com a literatura recente sobre desigualdades raciais (Cf. Ribeiro 2006, por exemplo), percebemos que estas se tornam mais pronunciadas no topo da estratificação social, contrariando expectativas de que o acesso à educação traria maior igualdade entre negros e brancos.

Devemos acrescentar que, tanto em 2000 quanto em 2010, a renda média dos pretos é levemente superior à dos pardos. No entanto, em 2010, apenas entre os indivíduos com ensino superior completo a renda dos pardos supera a dos pretos. Este resultado parece indicar que diferenciações entre pretos e pardos também tendem a se tornar mais pronunciadas no topo da pirâmide.

**Tabela 3: Desigualdades Raciais de Renda<sup>1</sup> por Nível de Instrução. RMSP, 2000 e 2010.**

Nível de Instrução	Raça / Cor	2000		2010	
		Renda Média	Diferença <sup>2</sup>	Renda Média	Diferença <sup>2</sup>
Sem instrução e fundamental incompleto	Branços	1.087		1.149	
	Pardos	865	-20,4%	863	-24,9%
	Pretos	830	-23,7%	872	-24,2%
	Total	982		999	
Fundamental completo e médio incompleto	Branços	1.557		1.434	
	Pardos	1.121	-28,0%	1.014	-29,2%
	Pretos	1.098	-29,5%	1.084	-24,4%
	Total	1.405		1.251	
Médio completo e superior incompleto	Branços	2.591		1.873	
	Pardos	1.551	-40,1%	1.207	-35,6%
	Pretos	1.521	-41,3%	1.233	-34,2%
	Total	2.349		1.623	
Superior completo	Branços	5.678		4.852	
	Pardos	3.251	-42,7%	2.700	-44,4%
	Pretos	3.093	-45,5%	2.560	-47,2%
	Total	5.485		4.529	
Total	Branços	2.564		2.525	
	Pardos	1.135	-55,7%	1.142	-54,8%
	Pretos	1.174	-54,2%	1.207	-52,2%
	Total	2.113		1.997	

1 Renda mensal do trabalho principal, em Reais (R\$), de 2010.

2 Diferença percentual com relação aos brancos.

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

Desta forma, apesar dos progressos educacionais na década analisada, a desigualdade de renda entre negros e brancos continua praticamente a mesma. O único nível de instrução onde podemos observar uma pequena diminuição da

desigualdade racial foi entre os que concluíram o ensino médio, grupo que teve grande crescimento de pretos e pardos. No entanto, esta credencial educacional teve grande desvalorização no período, perdendo 31% do seu valor em rendimentos (a renda média passou de R\$ 2349 para R\$ 1623). Ou seja, se por um lado, pretos e pardos ficaram mais qualificados com a obtenção do diploma do ensino médio e tais diplomados viram diminuir sua distância em rendimentos com relação aos brancos, por outro lado, a desvalorização deste diploma fez com que não houvesse grandes ganhos monetários para estes negros.

Como já havia sido evidenciado por Comim & Barbosa (2011), a média das rendas daqueles que concluíram a universidade também vêm caindo. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, o diploma do ensino superior desvalorizou 17,4% na década analisada. Além disso, como vimos, os brancos permanecem concentrando a maior parte dos diplomas de ensino superior e as desigualdades raciais de renda para formados na universidade tiveram uma ligeira piora.

Contudo, a mediação entre aquisição educacional e retornos em rendimentos ocorre através de posicionamentos no mercado de trabalho. Por esta razão, avaliaremos, a seguir, as mudanças na distribuição da população pelas categorias ocupacionais EGP.

Considerando a distribuição do total da população ocupada, houve poucas mudanças no período. Ressaltamos aqui aumentos nas proporções de profissionais de nível alto e de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo; e pequenos decréscimos relativos a proprietários e empregadores, profissionais de nível baixo, técnicos e supervisores e nas categorias de trabalhadores manuais. A única categoria que teve diminuição absoluta e relativa foi a de Proprietários e Empregadores.

Comparando-se as distribuições de negros e brancos pelas categorias ocupacionais, observamos evidentes diferenças. Os negros apresentam maior concentração nas categorias mais baixas, principalmente naquelas de trabalhadores manuais (60,7% em 2000, e 55,9% em 2010), enquanto que os brancos se encontram mais bem distribuídos pelas diversas categorias da hierarquia sócio-ocupacional. Em 2010, a população ocupada branca divide-se quase que em três partes iguais entre empregadores e profissionais (32,8%); técnicos e trabalhadores não manuais (34,1%); e trabalhadores manuais (33,1%).

Na década analisada, há uma tendência geral de queda da proporção de trabalhadores manuais e crescimento de profissionais de nível alto para ambos os grupos brancos e negros<sup>6</sup>. Nota-se que houve aumento na proporção dos negros

---

<sup>6</sup> De um modo geral, não há vieses significativos na análise ao se utilizar a categoria “negros” para reunir “pretos” e “pardos”, uma vez que há muito poucas desigualdades entre ambos os grupos. No que tange à desigualdade ocupacional, ponderando-se pela proporção dos pretos e pardos na população ocupada, a participação deles em cada categoria ocupacional é muito

em todas as categorias, seguindo o incremento da participação deles na população ocupada. Contudo, apesar de ainda permanecerem mais concentrados nas categorias de trabalhadores manuais, os negros tiveram importante crescimento em categorias intermediárias – como as não-manuais de rotina de nível alto e técnicos e supervisores (incremento de 35% e 31,7%, respectivamente) –, e altas: como a de empregadores e principalmente na de profissionais de nível alto (acréscimos de 29,4% e de 60,5%).

**Tabela 4: Distribuição da população ocupada por categorias ocupacionais EGP por raça. RMSP: 2000 e 2010.**

2000				
Categorias Ocupacionais <sup>7</sup>	Todos	Negros	Branços	Participação de Negros
IVa2. Proprietários e empregadores	3,4%	0,9%	4,5%	8,7%
I. Profissionais, nível alto	8,2%	2,5%	10,9%	9,9%
II. Profissionais, nível baixo	12,0%	7,4%	14,1%	20,1%
V. Técnicos e supervisores do trabalho manual	4,9%	4,4%	5,1%	29,2%
IIIa. Não-manuais de rotina, nível alto	12,6%	9,3%	14,1%	23,9%
IIIb. Não-manuais de rotina, nível baixo	14,3%	14,7%	14,1%	33,3%
VI. Manuais qualificados	26,6%	34,8%	22,8%	42,1%
VIIa. Manuais semi ou não-qualificados	18,1%	25,9%	14,4%	46,2%
Total da População Ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	32,3%
2010				
Categorias Ocupacionais	Todos	Negros	Branços	Participação de Negros
IVa2. Proprietários e empregadores	2,3%	0,7%	3,4%	11,2%
I. Profissionais, nível alto	11,7%	4,7%	16,1%	15,9%
II. Profissionais, nível baixo	10,5%	6,3%	13,2%	23,4%
V. Técnicos e supervisores do trabalho manual	4,0%	3,9%	4,0%	38,4%
IIIa. Não-manuais de rotina, nível alto	12,1%	10,0%	13,4%	32,3%
IIIb. Não-manuais de rotina, nível baixo	17,4%	18,5%	16,7%	41,5%
VI. Manuais qualificados	24,7%	31,5%	20,3%	49,9%
VIIa. Manuais semi ou não-qualificados	17,3%	24,4%	12,8%	55,1%
Total da População Ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	39,1%

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

semelhante. Neste texto, os diferenciais entre pretos e pardos serão sempre informados em notas de rodapé.

<sup>7</sup> As categorias estão ordenadas segundo as respectivas rendas médias (Cf. Marques, Barbosa e Prates 2015: 36), das mais altas para as mais baixas.

Em síntese, as evidências apresentadas nos informam que os recentes desenvolvimentos educacionais possibilitaram avanços para pretos e pardos, principalmente no que tange à conclusão do ensino médio. É muito provável que este crescimento da proporção de negros com ensino básico completo esteja relacionado com seu aumento em estratos ocupacionais intermediários como os de técnicos e supervisores e de ocupações não-manuais de nível alto. Mais notadamente, a tendência de crescimento das ocupações profissionais de nível alto também incluiu parcela significativa negros. Ou seja, observamos que nesta primeira década do século XXI houve alguns progressos com relação à realização educacional e à inserção ocupacional da população negra da Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, estas evoluções ainda não foram suficientes para reverter a predominância de negros em ocupações manuais, nem mesmo para diminuir as desigualdades de renda entre negros e brancos, que – num quadro de “perdas salariais”, principalmente para formados no ensino médio e superior – permanecem as mesmas<sup>8</sup>.

Retomando a discussão anterior sobre classe média, a partir dos dados expostos podemos concluir que foi muito baixo o crescimento da classe média (profissionais e empregadores) na RMSP na década analisada: de 23,6% em 2000 para 24,5% em 2010. Entre a população branca, o crescimento foi de 29,5% para 32,7%. Mas, entre os negros o crescimento da participação nas categorias Profissionais e de Proprietários e Empregadores foi pífio: de 10,8% para 11,7%. De fato, a última coluna da Tabela 4 mostra que houve incremento da participação de negros nestas categorias ocupacionais. No entanto, este aumento em parte reflete o crescimento da proporção de pessoas que se identificam como pretos e

---

<sup>8</sup> Contudo, não se confirma a expectativa de que os pardos tenham características ocupacionais e de renda mais próximas dos brancos do que os pretos (Cf. Telles 2014). Ponderando-se pela participação de pretos e pardos no total da população ocupada, a participação de pretos nas categorias Profissionais (de alto e baixo nível), de Técnicos e Supervisores e de Trabalhadores Não-Manuais de Alto Nível é maior que a dos pardos. Por sua vez, os pardos têm maior participação entre Proprietários e Empregadores e nas categorias mais baixas (Trabalhadores Manuais e Não-Manuais de Nível Baixo). A renda média dos pretos é um pouco maior que a dos pardos em quase todas as categorias ocupacionais, mesmo nas mais baixas, onde há sobre-representação dos pardos. A única categoria ocupacional onde a renda média dos pardos é maior que a dos pretos é a de Proprietários e Empregadores (o grupo de maior renda, no geral). Nossos dados sugerem, portanto, que é apenas no topo da pirâmide ocupacional que há uma diferença mais significativa entre as rendas de pretos e pardos, com vantagem para estes últimos. E, apesar de que nesta categoria a distância entre pretos e pardos tenha aumentado de 2000 para 2010, a renda dos pardos é mais próxima da dos pretos do que da dos brancos.

pardos na população como um todo. Ou seja, se considerarmos tais categorias ocupacionais relativamente ao conjunto da população negra, concluímos que não houve crescimento significativo da inclusão de negros na classe média paulistana<sup>9</sup>.

### 2.3. MEDINDO SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

De acordo com Maloutas (2012), desigualdade e discriminação (pautadas pelo mercado de trabalho, pelo acúmulo de riqueza e por hierarquias étnico-raciais) conformam um importante fator causal para o processo de alocação habitacional que, por sua vez, resulta em segregação residencial. Tendo em vista o quadro de desigualdades exposto anteriormente, avaliaremos, considerando as categorias ocupacionais como marcadores de classe social, as transformações na segregação residencial por raça entre os anos 2000 e 2010<sup>10</sup>. Nesta seção iniciaremos a mensuração da segregação através de duas técnicas: o índice de dissimilaridade e o quociente locacional.

O índice de dissimilaridade (ID) é uma tradicional medida de segregação residencial que capta o grau em que dois grupos sociais *não* estão uniformemente [*evenly*] distribuídos no espaço de uma cidade. Neste sentido, a uniformidade se define a partir da proporção de cada grupo na composição da população total

---

<sup>9</sup> Só é possível falar de uma incorporação mais significativa dos negros na classe média se considerarmos como classe média as categorias de Trabalhadores Não-Manuais de Rotina que, na verdade, estão mais próximas das categorias mais baixas. Em nossos dados, se considerarmos como classe média a união das categorias de Proprietários e Empregadores, Profissionais (de alto e baixo nível) e Trabalhadores Não-Manuais de Rotina (de alto e baixo nível), veremos que o crescimento da classe média também foi pequeno na RMSP, passando de 50,5% em 2000 para 54% em 2010. A RMSP seria, segundo esta classificação, uma metrópole majoritariamente de classe média. Considerando a população negra, a participação neste conjunto de categorias ocupacionais cresceu de 34,8% para 40,2%, entre os brancos o crescimento foi de 57,7% para 62,8% entre 2000 e 2010. Entretanto, como vimos, esta não será a delimitação de classe média adotada neste trabalho.

<sup>10</sup> Uma discussão mais aprofundada acerca da definição de segregação é realizada em outros capítulos. Porém, tendo em vista as finalidades operacionais deste capítulo, definiremos segregação residencial como o grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, sendo que ambas as categorias se delimitam analiticamente. Ou, de modo inverso, em que medida um dado grupo social possui uma distribuição não-uniforme [*uneven*] no espaço urbano.

da cidade e do quanto que a distribuição destes grupos pelas diversas áreas da cidade replica esta composição. Ou seja, este indicador evidencia a relação entre a composição da população de cada unidade espacial e a composição da população de toda a cidade.<sup>11</sup> O índice de dissimilaridade varia de 0 a 1, onde 1 significa segregação total e 0 significa uniformidade total na distribuição dos grupos.

O resultado costuma ser interpretado como indicando a proporção da população de um determinado grupo da cidade que teria que trocar de área com outro para que se obtivesse um padrão residencial uniforme do ponto de vista da proporção de cada grupo na composição da população da cidade. Por exemplo, no caso do índice de dissimilaridade resultar em 0,40, considera-se que 40% da população de um grupo deveria trocar de área para que se obtivesse uma distribuição uniforme dos grupos considerados no cálculo do índice.

O índice de dissimilaridade entre negros e brancos era de 0,27 em 2000 e passou para 0,29 em 2010, demonstrando a persistência da segregação racial na Região Metropolitana de São Paulo. Se, em 2000, 27% da população teria que trocar de área de ponderação para que a distribuição dos grupos raciais fosse homogênea, em 2010 esta proporção subiu para 29%<sup>12</sup>.

Segundo os parâmetros norte-americanos de interpretação destas medidas, tais valores seriam considerados moderados, uma vez que abaixo de 0,30. No entanto, conforme argumentamos alhures, tal comparação não deve servir de justificativa para depreciar a segregação em São Paulo, dadas as grandes diferenças contextuais e históricas de constituição da segregação residencial no Brasil e nos Estados Unidos. Para um país onde não houve leis explicitamente segregadoras tais valores devem, sim, ser vistos como consideráveis.

É muito comum que tal indicador de segregação entre negros e brancos seja interpretado como um efeito da segregação residencial por classe social (muito bem descrita em Marques 2014), uma vez que a maior parte da população negra

---

<sup>11</sup> A unidade espacial de referência para a mensuração da segregação neste capítulo serão as áreas de ponderação delimitadas pelo Censo de 2010.

<sup>12</sup> De acordo com Cortese, Falk & Cohen (1976), o índice de dissimilaridade tende a inflacionar quando o número de membros das minorias é muito pequeno comparado à quantidade de unidades espaciais utilizadas para seu cálculo. Inversamente, quanto maior a proporção da minoria, menor deve ser o valor do índice, mas não necessariamente será menor a segregação. No caso da RMSP, houve aumento da proporção de pretos e pardos, mas também houve aumento do índice de dissimilaridade. Tal evidência afasta a possibilidade de que o crescimento do valor do indicador seja um efeito metodológico. Ou seja, segundo a concepção de segregação que pauta a construção do índice de dissimilaridade, houve, de fato, aumento da segregação racial em São Paulo.

é pobre, e que as camadas superiores são predominantemente brancas. No entanto, empreenderemos aqui uma tentativa de colocar em evidência o componente racial da segregação através da intersecção das três *camadas* sócio-ocupacionais descritas anteriormente com os grupos raciais negros e brancos<sup>13</sup>. Resultaram, portanto, seis agrupamentos, dos quais verificaremos os índices de segregação nas tabelas a seguir.

Nas primeiras linhas das tabelas 5 e 6, observamos que os grupos mais segregados do resto da população da metrópole são os brancos de camadas superiores, com índices bem acima dos seguintes, os negros de camadas baixas e os brancos de camadas intermediárias. Os outros grupos – brancos de camadas baixas, além de negros de camadas intermediárias e superiores – estão mais bem distribuídos pelos espaços da região metropolitana.

**Tabela 5: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2000.**

Grupos	Branços Sup.	Negros Sup.	Branços Interm.	Negros Interm.	Branços Baixo	Negros Baixo
Resto da População	0,44	0,15	0,22	0,17	0,11	0,28
Branços Superior	-	0,39	0,26	0,52	0,45	0,58
Negros Superior	0,39	-	0,20	0,19	0,19	0,27
Branços Interm.	0,26	0,20	-	0,30	0,23	0,38
Negros Interm.	0,52	0,19	0,30	-	0,14	0,13
Branços Baixo	0,45	0,19	0,23	0,14	-	0,18
Negros Baixo	0,58	0,27	0,38	0,13	0,18	-

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

<sup>13</sup> Assim como as categorias EGP foram reunidas para formar três camadas sociais, as categorias de “raça/cor” de “pretos” e “pardos” foram unificadas na categoria “negros” visando obter resultados estatisticamente mais significativos na mensuração da segregação. Diferenciais entre pretos e pardos são descritos em notas de rodapé.



**Tabela 6: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2010.**

Grupos	Branco Sup.	Negro Sup.	Branco Interm.	Negro Interm.	Branco Baixo	Negro Baixo
Resto da População	0,47	0,15	0,25	0,15	0,12	0,30
Branco Superior	-	0,40	0,26	0,53	0,48	0,61
Negro Superior	0,40	-	0,20	0,19	0,19	0,29
Branco Interm.	0,26	0,20	-	0,31	0,26	0,41
Negro Interm.	0,53	0,19	0,31	-	0,13	0,15
Branco Baixo	0,48	0,19	0,26	0,13	-	0,18
Negro Baixo	0,61	0,29	0,41	0,15	0,18	-

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Consideremos agora a segregação socioeconômica interna aos grupos raciais: os negros de diferentes classes estão mais próximos entre si do que os brancos. Na década, notamos um pequeno crescimento da segregação dos negros de classe baixa com relação aos negros dos dois outros estratos. Já entre os brancos, mais distantes entre si segundo as diferentes classes sociais, observa-se que a segregação dos brancos de classe alta tende a aumentar<sup>14</sup>.

De fato, os brancos mais ricos apresentam o maior isolamento da metrópole, distanciando-se de todos os outros grupos. O grupo mais próximo deles é o dos brancos de camadas intermediárias (0,23 em 2000 e 0,26 em 2010). Em seguida, o grupo mais próximo, mas já com um índice de dissimilaridade relativamente grande (0,37 em 2000 e 0,39 em 2010) é o dos negros de camadas superiores. Por outro lado, se avaliarmos os índices de segregação dos negros de camadas

<sup>14</sup> Com relação à segregação residencial entre pretos e pardos, nossos cálculos revelam que o índice de dissimilaridade entre pretos e pardos é baixo nas camadas baixas (0,15 em 2000 e 0,12 em 2010) e nas camadas intermediárias (0,21 em 2000 e 0,18 em 2010), mas assume valores significativamente maiores nas camadas superiores (0,37 em 2000 e 0,27 em 2010). Isso quer dizer que, no topo da estratificação, aumenta a distância residencial entre pretos e pardos (assim como no caso dos diferenciais de renda). Mas isso não implica maior proximidade com os brancos das camadas superiores. Nota-se, também, que pardos, seja em camadas superiores ou intermediárias, estão mais próximos dos pobres do que os pretos destas camadas.

superiores (segunda coluna das tabelas 5 e 6), o grupo que menos compartilha os mesmos bairros que eles são os próprios brancos de camadas superiores. Estes dados evidenciam o tamanho isolamento da elite branca na metrópole paulistana.

No outro extremo da estratificação, o grupo mais segregado é o dos negros mais pobres. A comparação com os brancos mais pobres revela que estes últimos se encontram mais uniformemente distribuídos pelas áreas da cidade e mais próximos das camadas médias e superiores, ao passo que os negros de classe baixa tendem a concentrar-se mais em áreas específicas<sup>15</sup>.

Na década que analisamos, percebe-se uma tendência de crescimento da segregação dos brancos de camadas superiores e de camadas médias com relação ao resto da população paulistana (de 0,44 para 0,47; e de 0,22 para 0,25, respectivamente), mas principalmente com relação a negros e brancos de camadas baixas. O índice de dissimilaridade entre brancos de camadas superiores e negros de camadas baixas chega a 0,61 em 2010. Já os negros de camadas altas, por sua vez, ficaram mais distantes tanto de brancos de camadas superiores (de 0,39 para 0,40) quanto de negros de camadas baixas (de 0,27 para 0,29).

Tais resultados do índice de dissimilaridade demonstram que, para além da bem documentada segregação entre as classes sociais no espaço urbano, é possível observar também um componente racial na segregação. Isto se torna mais evidente quando comparamos os indicadores de negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social. A seguir, pretendemos reforçar tal evidência através do recurso a outro indicador: o quociente locacional<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Realizamos uma análise de sensibilidade calculando o índice de dissimilaridade entre negros e brancos em cada uma das categorias ocupacionais EGP. O valor do indicador cresce paulatinamente das categorias ocupacionais mais baixas para as mais altas, confirmando nossas conclusões mais gerais. No intuito de submeter tais conclusões a mais um teste, julgamos interessante trocar a variável ocupação pela variável renda, uma vez que há grande variação de rendimentos no interior da cada categoria ocupacional. Assim, calculamos a segregação entre negros e brancos pertencentes a sete distintas faixas de renda. Mais uma vez, confirmamos a tendência geral de crescimento da segregação racial conforme avançamos na estratificação social. Entretanto, um dado chama atenção e deve ser matéria de avaliações futuras: se considerarmos domicílios muito pobres, com renda inferior a um salário-mínimo, a segregação racial medida pelo índice de dissimilaridade cresceu de 0,18 em 2000 para 0,24 em 2010.

<sup>16</sup> A existência de desigualdades de renda dentro de categorias ocupacionais poderia invalidar as categorias EGP como bons controles de classe para a segregação racial. Entretanto, ao substituímos as categorias EGP por faixas de renda domiciliar, o resultado é semelhante: a segregação residencial por raça é baixa nas faixas de renda mais baixas e vai se tornando cada vez mais forte conforme consideramos as faixas de renda mais altas. Em 2010, por

O quociente locacional (QL) é uma medida de concentração que consiste na razão entre a proporção da população de um grupo em uma determinada área e a proporção da população deste mesmo grupo na cidade inteira. Ou seja, tal como o índice de dissimilaridade, o QL também pondera em que medida a proporção de um dado grupo em uma área replica a proporção deste grupo em toda a região metropolitana. Porém enquanto ID resulta num único valor para cada par dos grupos considerados, o QL resulta em valores específicos da concentração de cada um dos grupos para cada uma das áreas.

Assim, foram calculados os quocientes locais dos seis grupos para cada uma das áreas de ponderação da cidade. Nas áreas em que um dado grupo encontra-se sub-representado, o QL assume valores entre 0 e 1; onde o grupo está sobre-representado, os valores são acima de 1. Ou seja, quanto maior o valor QL, maior o grau de concentração do grupo na área.

Como estratégia para avaliar em que medida negros e brancos de um mesmo estrato social apresentariam graus semelhantes de concentração nas mesmas áreas da cidade, recorreremos às correlações estatísticas de Pearson entre os quocientes locais dos grupos analisados. Os coeficientes de correlação podem variar entre 1 e -1. Quanto mais próximo de 1 for o valor do coeficiente, maior a tendência dos QLs dos grupos serem diretamente proporcionais, ou seja, quando um for alto, o outro também será, e maior será a probabilidade dos dois grupos considerados terem alta concentração nas mesmas áreas. Quando o resultado for um valor negativo, indica correlação negativa, ou seja, quando os valores de um grupo aumentam, os valores do outro tendem a diminuir, isso significa que os grupos têm alta concentração em áreas totalmente distintas. Valores próximos de zero indicam ausência de correlação linear entre as variáveis.

---

exemplo, o índice de dissimilaridade entre negros e brancos é de 0,17 em domicílios com 1,5 salários-mínimos de renda per capita, sobe para 0,25 na faixa de renda entre 1,5 e 3 salários-mínimos, 0,31 entre 3 e 5 salários-mínimos, e, por fim, 0,34 em domicílios com renda per capita acima de 5 salários mínimos. Ou seja, nosso argumento subsiste ao teste empírico (troca da variável de controle de classe). Também realizamos testes desagregando pretos e pardos: ambas categorias de cor da pele encontram-se próximas entre si em todas as camadas sociais.

**Tabela 7: Correlações entre os Quocientes Locacionais de Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na RMSP, 2000 e 2010.**

	2000	2010
Negros e Brancos de Camadas Superiores	0,144	0,166
Negros e Brancos de Camadas Intermediárias	-0,650	-0,556
Negros e Brancos de Camadas Baixas	0,420	0,486
Obs.: p-valor > 0,01 para todas as correlações.		

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Na hipótese de não haver um componente racial na segregação, os valores das correlações para negros e brancos de uma mesma camada social deveriam ser sempre positivos e próximos de 1. Nossos resultados apontam para a invalidação desta hipótese. Observamos que em 2000, negros e brancos de camadas baixas apresentam correlação positiva de 0,420, de modo que ambos teriam uma tendência positiva e significativa a estarem sobrerrepresentados nas mesmas áreas. Já a correlação entre negros e brancos de camadas intermediárias é negativa e alta (-0,650); ou seja, de um modo geral, as localidades onde há maior concentração de brancos de camadas intermediárias há baixa representação de negros de camadas intermediárias e vice-versa. Nas camadas superiores, notamos uma correlação positiva, mas bem pequena: 0,166, ou seja, não são muitas as áreas onde há forte concentração de ambos os grupos. São pequenas as diferenças entre 2000 e 2010, indicando uma permanência da segregação por raça, mas com uma leve tendência de declínio.

Devemos acrescentar que, dos coeficientes de correlação calculados, a maior correlação positiva encontrada foi entre brancos de camadas superiores e brancos de camadas intermediárias. Isto indica que estes grupos se concentram nas mesmas áreas da região metropolitana. Este dado pode ser confirmado através dos mapas apresentados nos Anexos 1 a 8.

Ambos os indicadores expostos acima demonstram diferenciais raciais internos às classes sociais na segregação residencial na região metropolitana de São Paulo. É evidente que maior proximidade racial ocorre nas camadas mais baixas, diferentemente das intermediárias e altas. Enquanto que, através do índice de dissimilaridade, ressaltamos o isolamento particular dos brancos de camadas superiores, o quociente locacional evidencia que negros e brancos das camadas

intermediárias estão substancialmente afastados. Estas duas tendências, bem como outras, poderão ser melhor averiguadas na seção seguinte.

## 2.4. ÍNDICE DE MORAN: UMA MEDIDA ESPACIAL DE SEGREGAÇÃO

As mensurações apresentadas na seção anterior evidenciam a segregação entre negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social. Mas, tratam-se de indicadores sintéticos que não nos revelam onde cada um dos grupos se concentra. Nesta seção, apresentaremos uma análise da segregação a partir do índice de Moran (Anselin 1995), outra técnica de mensuração de segregação residencial amplamente empregada. O índice de Moran é uma medida de autocorrelação espacial, ou seja, para além da distribuição de grupos por áreas, tal medida leva em conta a contiguidade das áreas onde se concentram os diferentes grupos<sup>17</sup>. Trata-se, em outras palavras, de em que medida os grupos considerados têm grande concentração em conjuntos de áreas vizinhas umas das outras. Este atributo deve ser levado em consideração para interpretação dos resultados.

**Tabela 8: Índices de Moran Global na RMSP. 2000 e 2010.**

Raça / Classe	2000	2010
Branco Superior	0,82	0,78
Negro Superior	0,47	0,30
Branco Intermediária	0,76	0,72
Negro Intermediária	0,77	0,66
Branco Baixa	0,73	0,68
Negro Baixa	0,78	0,75

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Observando os resultados do índice de Moran Global – que varia entre -1 e +1 –, podemos considerar os indicadores de segregação para todos os grupos como sendo significativos e bastante elevados (com exceção apenas daqueles dos negros de camadas superiores, os valores foram sempre acima de 0,66).

<sup>17</sup> O índice de Moran foi calculado a partir do quociente locacional de cada um dos seis grupos nas 633 áreas de ponderação da RMSP.

Estes valores elevados indicam que cada um dos grupos deve concentrar-se em aglomerados de áreas vizinhas entre si. Assim como nos resultados do índice de dissimilaridade, os maiores valores dizem respeito aos brancos de camadas superiores e aos negros das camadas baixas.

No período 2000-2010, observamos redução no índice de Moran Global para todos os grupos analisados. As maiores reduções nesta medida espacial de segregação podem ser observadas para os negros de camadas altas (de 0,47 para 0,30), que continuaram sendo o grupo menos segregado e para os negros de camadas intermediárias (de 0,77 para 0,66), que deixaram de ser o terceiro grupo mais segregado e passaram a ser o quinto.

As reduções observadas nos resultados do índice de Moran ao mesmo tempo em que há aumento do índice de dissimilaridade significam que, apesar dos grupos ainda permanecerem segregados do resto da população, deve ter ocorrido maior dispersão, ou menor contiguidade entre as áreas nas quais cada grupo se concentra, e isto deve ser especialmente válido para negros das camadas superiores e intermediárias. Dito de outro modo, há maior dispersão destes grupos no espaço da metrópole, mas isto não implica que estejam concentrados nas mesmas áreas que os outros grupos. Verificaremos esta hipótese em detalhe através dos *LISA Maps (Local Indicator of Spatial Autocorrelation)*. Tratam-se de mapas que representam a autocorrelação espacial dos grupos que analisamos. As áreas em vermelho denotam alta concentração da variável em questão em áreas vizinhas entre si. As áreas em azul expressam a contiguidade de áreas de baixa concentração desta variável. Áreas em branco não tiveram resultado estatisticamente significativo.

Visando apresentar as tendências gerais de forma mais sintética, apresentamos aqui os mapas de autocorrelação espacial dos Profissionais (de nível alto e baixo) brancos e negros, em 2000 e 2010<sup>18</sup>.

De 2000 para 2010, há poucas modificações nas áreas de alta concentração de profissionais brancos. Há um grande aglomerado de áreas de concentração de profissionais brancos em áreas do centro expandido de São Paulo, em bairros que margeiam a Marginal Pinheiros, na região de Santana (na Zona Norte), em áreas da Zona Lestes mais próximas do centro (Mooca, Tatuapé etc.) e no ABC paulista (principalmente São Caetano e Santo André). Em 2010 as transformações são em novas áreas de alta concentração em Osasco, Caieiras e no próprio ABC.

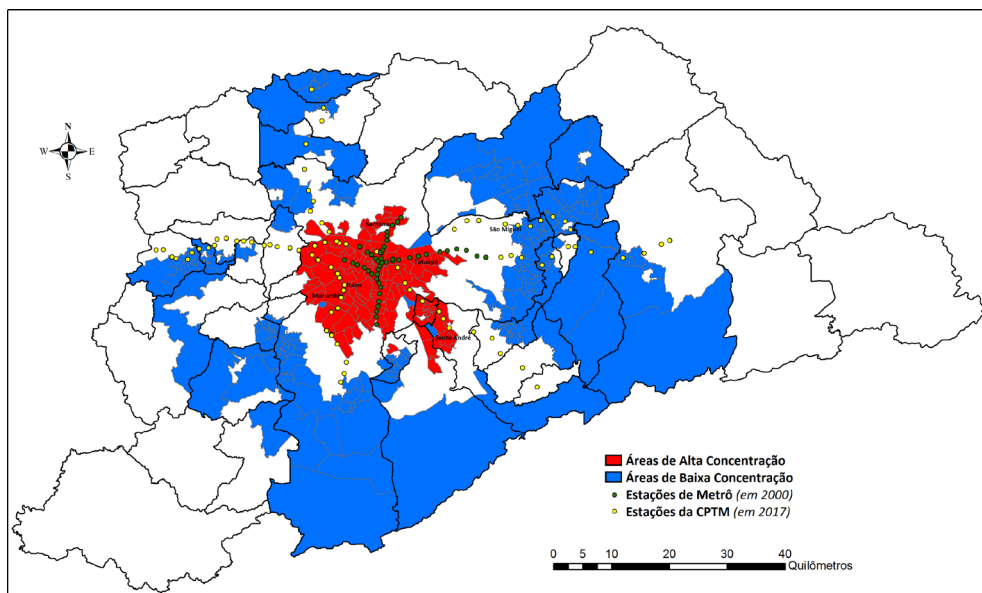
---

<sup>18</sup> Versões ampliadas dos Mapas 1 a 6 encontram-se nos Anexos 9 a 14. Mais detalhes podem ser encontrados nos *LISA Maps* de negros e brancos das camadas superior e intermediária, nos Anexos 1 a 8.

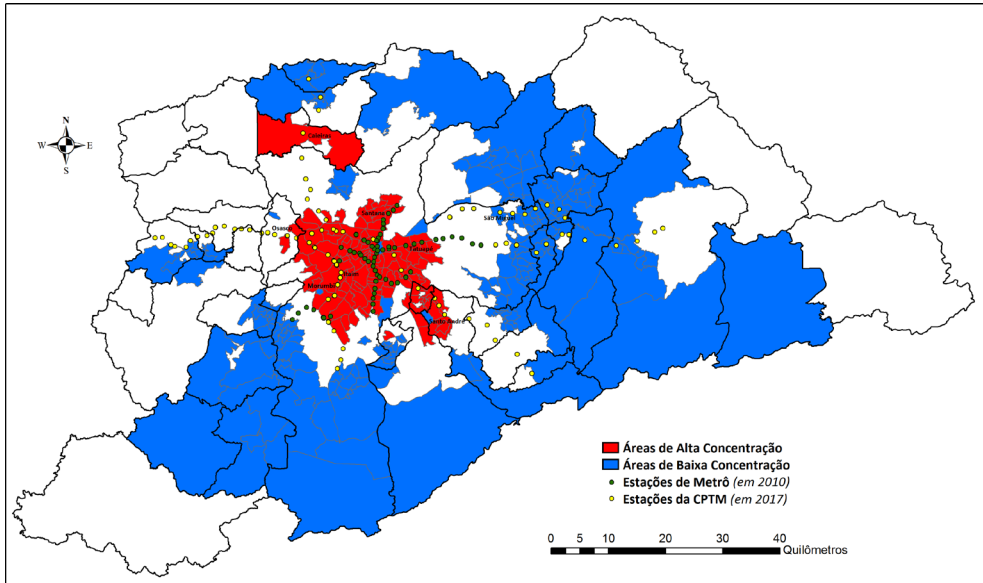
Nos Anexos 1 a 8, há *LISA Maps* para brancos em camadas superiores e intermediárias. Neles, é possível notar que os brancos de camadas intermediárias se concentram num grande agrupamento central que se sobrepõe de forma praticamente integral ao aglomerado dos brancos de camadas superiores, tendo, porém, um raio maior, ou seja, é mais extenso em todas as direções.

São vários os aglomerados de áreas de alta concentração (em vermelho) de profissionais negros e também houve diversas mudanças de 2000 para 2010. Em 2000, havia um enorme aglomerado na Zona Leste de São Paulo, se estendendo da Penha até Itaquaquecetuba (incluindo Itaquera, São Miguel, Itaim Paulista etc.). Havia outra grande “mancha vermelha” a oeste de São Paulo (incluindo áreas de Osasco, Cotia, Embu, Taboão da Serra e dos distritos de Raposo Tavares, Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim São Luís). Destacamos, também, áreas ao sul do Jabaquara (como Diadema, Cidade Ademar, Pedreira e Cidade Dutra).

Mapa 1: *LISA Map* dos Profissionais Brancos (RMSP 2000)



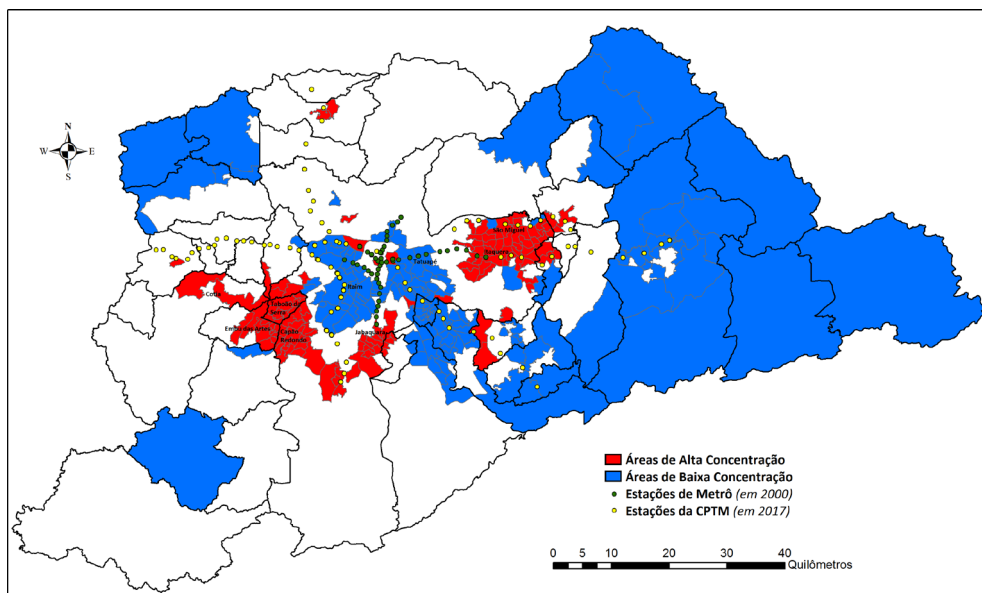
Mapa 2: LISA Map dos Profissionais Brancos (RMSP 2010)



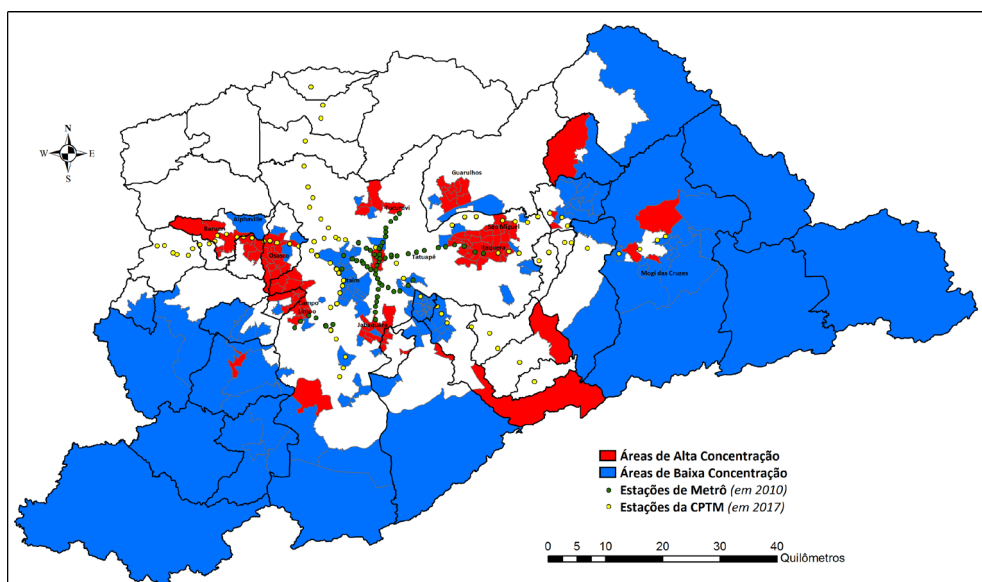
Em 2010, uma maior dispersão residencial deste grupo na metrópole pode ser verificada através da diminuição de tamanho das três grandes “manchas” que identificamos em 2000 e do surgimento de novos e menores aglomerados. Destacam-se aglomerados em distritos do centro mais antigo de São Paulo (como República, Bela Vista e Liberdade), na Zona Norte, em Guarulhos e Mogi das Cruzes. O aglomerado a oeste, apesar da significativa diminuição, passou a incluir áreas de Osasco, Carapicuíba e Barueri.



Mapa 3: *LISA Map* dos Profissionais Negros (RMSP 2000)



Mapa 4: *LISA Map* dos Profissionais Negros (RMSP 2010)

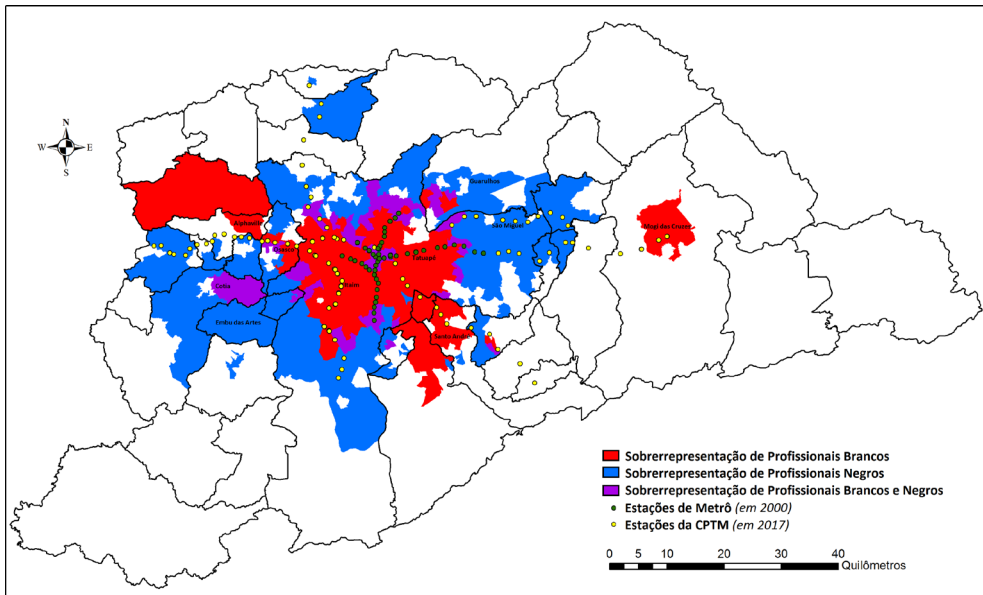


Um dado muito significativo é o fato de que diversas áreas de alta concentração de profissionais negros caracterizam-se pela existência de Conjuntos Habitacionais resultantes de políticas públicas de moradia como, por exemplo, áreas de Artur Alvim (“Cohab 1 de Itaquera”), José Bonifácio (“Cohab 2 de

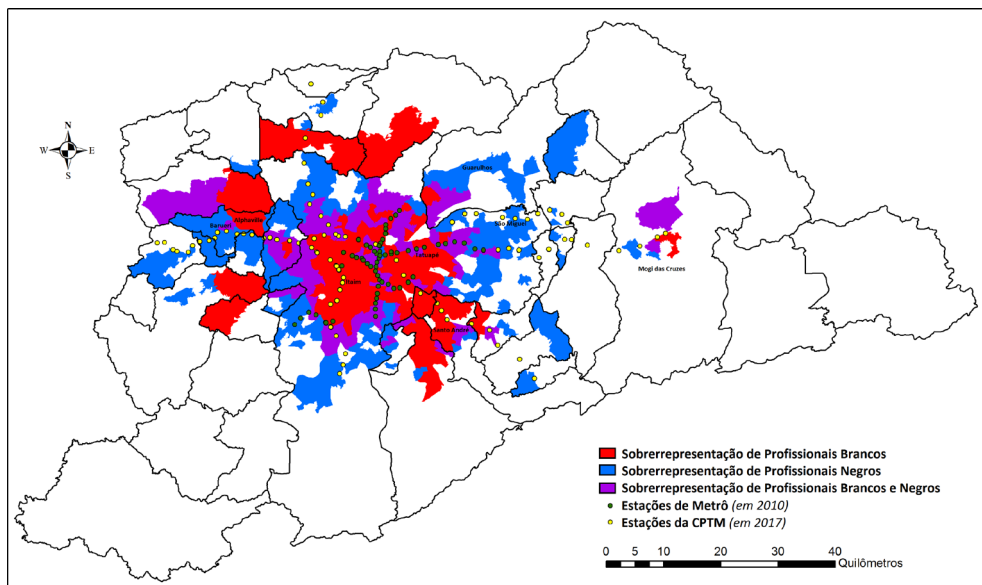
Itaquera”), Raposo Tavares e Carapicuíba. Isto certamente deverá ser matéria de pesquisas futuras que investiguem a importância destas políticas de moradia para a ascensão social de negros.

Os dados analisados nos informam uma consistente permanência nos graus de segregação residencial racial na Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, algumas tendências não coincidiram. O pequeno crescimento do índice de dissimilaridade com diminuição do índice de Moran pode ser interpretado da seguinte forma: os grupos permanecem separados entre si, mas passaram a se distribuir em áreas que não necessariamente formam aglomerados adjacentes.

**Mapa 5: Áreas com Sobrerrepresentação de Profissionais Negros e Brancos (RMSP 2000)**



**Mapa 6: Áreas com Sobrerrepresentação de Profissionais Negros e Brancos (RMSP 2010)**



Infelizmente, os *LISA Maps* apresentam grande quantidade de áreas cujo indicador de autocorrelação espacial não é estatisticamente significativo, isso prejudica uma melhor identificação de novas áreas nas quais cada grupo passou a se concentrar. Desta maneira, o índice de Moran parece eficiente para apontar grandes tendências para todo o conjunto da região metropolitana, mas não nos permite identificar mudanças configuracionais mais específicas.

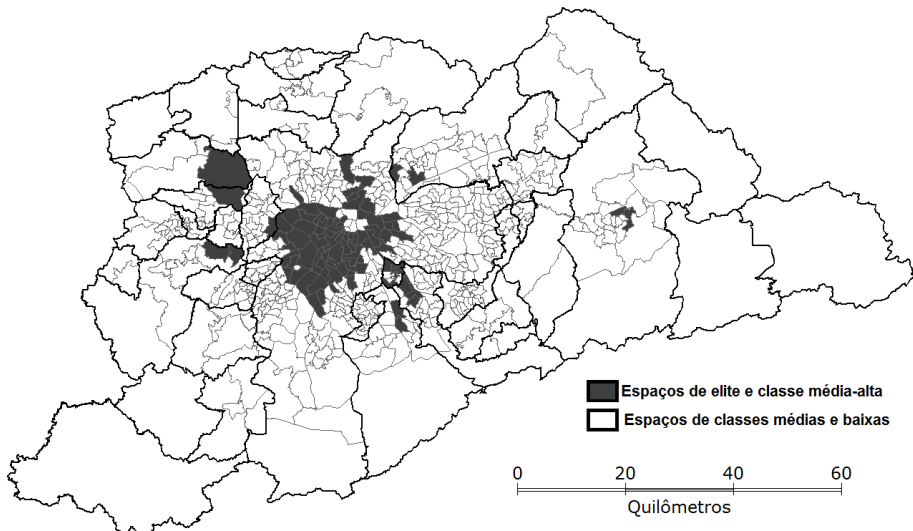
A despeito destes movimentos, um ponto importante a ser destacado da leitura destes seis mapas é que eles apresentam uma forte evidência de que a segregação residencial entre negros e brancos de classe média é uma segregação de grande escala. Não apenas se trata do fato de que cada um desses grupos se concentra em áreas *distintas*. Mais do que isso, negros e brancos de classe média se concentram em áreas muito *distantes* umas das outras, e isso deve acarretar experiências muito díspares da vida na metrópole.

Ademais, nossos questionamentos agora devem também se deslocar para além do aspecto mais geral, ou do “montante total” revelado pelos índices que mensuram a segregação. Pois, se observamos que um dado grupo continua concentrado num mesmo espaço, isto não necessariamente significa que este espaço permanece sendo o mesmo em seus atributos. Ou seja, havendo permanências dos grupos em determinadas áreas, cabe perguntar quais transformações ocorreram nestes espaços durante o período analisado: se houve transformações na

infraestrutura, no acesso à cidade, na oferta de políticas públicas, ou mesmo nas características socioeconômicas da população de cada uma das áreas. Estas são questões de pesquisa que demandariam novos esforços empíricos e analíticos que ainda não estão no escopo deste texto.

No entanto, com relação às características socioeconômicas das áreas onde se concentram os grupos dos quais tratamos, a classificação dos espaços da RMSP desenvolvida por Marques (2014) nos fornece mais informações relevantes. Assim, considerando a distribuição dos grupos nos cinco tipos de espaços – (1) espaços das elites; (2) espaços das classes médias-altas; (3) espaços médios-misturados; (4) espaços médios-baixos misturados; (5) espaços dos trabalhadores manuais – é evidente uma maior concentração de brancos nas áreas superiores e de negros nas áreas inferiores, independentemente da classe social. Para facilitar a leitura dos dados nas tabelas seguintes, congregamos os dois primeiros tipos de espaço – das elites e das classes médias-altas – em um só, e comparação com os restantes, também reunidos em um segundo tipo, conforme pode ser vislumbrado no mapa 7, a seguir.

**Mapa 7: Tipos de Espaços na Região Metropolitana de São Paulo (2010)**



Nos “espaços de elite e classe média-alta” (que correspondem a 96 das 633 das áreas de ponderação da região metropolitana e localizam-se nos municípios de São Paulo – principalmente –, São Caetano, Santo André, São Bernardo do Campo, Santana de Parnaíba, Barueri, Osasco, Cotia, Guarulhos e Mogi

das Cruzes) há uma forte predominância de brancos de camadas superiores e intermediárias (66,3%). Aliás, convém notar que, nestes espaços, habitam mais brancos de camadas baixas (18,9%) do que negros de quaisquer outras camadas sociais, cuja soma totaliza 14,8%. Evidencia-se, portanto, que as áreas de elite de São Paulo são sobretudo espaços brancos, onde as classes altas brancas não só se concentram como estão cercadas por outros brancos.

**Tabela 9: Composição dos tipos de espaços (2010)**

Grupos	Espaços de elite e classe média-alta	Espaços de classes médias e baixas	Total da população
Branco Superior	36,3%	7,0%	11,9%
Negro Superior	2,3%	2,1%	2,1%
Branco Média	30,0%	16,4%	18,7%
Negro Média	3,7%	8,7%	7,9%
Branco Baixa	18,9%	32,6%	30,3%
Negro Baixa	8,9%	33,2%	29,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censos de 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Os dados da tabela 10 a seguir demonstram, inclusive, que menos da metade dos negros que moram nestes espaços são proprietários definitivos dos imóveis onde residem. As parcelas de negros de camadas intermediárias e superiores que aí vivem, ou pagam aluguel ou ainda estão pagando o financiamento de seus domicílios.

**Tabela 10: Condição de ocupação do domicílio segundo tipos de espaço e grupos de raça e classe (2010)**

Grupos	Espaços de elite e classe média-alta				Total
	Próprio pago	Próprio pagando	Alugado	Outros	
Branco Superior	68,4%	9,9%	19,8%	1,9%	100,0%
Negro Superior	48,8%	13,5%	32,6%	5,1%	100,0%
Branco Média	63,5%	8,8%	24,0%	3,7%	100,0%
Negro Média	45,3%	10,3%	36,6%	7,8%	100,0%
Branco Baixa	53,0%	5,5%	32,3%	9,2%	100,0%
Negro Baixa	41,9%	6,4%	37,3%	14,4%	100,0%
Total	60,4%	8,5%	25,9%	5,2%	100,0%

Fonte: Censos de 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Assim, avaliamos os padrões residenciais de negros e brancos de semelhante posição na estratificação social através de distintas técnicas de mensuração e notamos uma permanência da segregação residencial, especificamente nas camadas sociais intermediárias e superiores. Convém notar que o critério que utilizamos como indicador de classe foram as categorias ocupacionais e que, mesmo com uma maior proporção de negros nas categorias de proprietários, profissionais e não-manuais, a segregação por raça ainda é forte nestes estratos.

## 2.5. *LOCATIONAL-ATTAINMENT MODELS*

Estes resultados parecem indicar uma tendência geral de que, em classes medias e altas, os brancos estão mais concentrados em áreas mais centrais e os negros em áreas mais periféricas. Porém, estudos recentes têm apontado muitas ressalvas a tal polarização centro-periferia, enfatizando a heterogeneidade social do espaço urbano. Portanto, dada tal heterogeneidade, para complementar e validar as análises anteriores, aplicaremos uma técnica que permite distinguir as áreas por características que não apenas seu posicionamento no espaço urbano.

A partir dos anos 1990s, Richard Alba e John Logan propuseram a aplicação de um novo método para o estudo da segregação, os chamados “modelos de realização locacional” [*locational-attainment models*] (Alba & Logan 1992). Tratam-se de modelos de regressão OLS que permitem a análise dos determinantes da localização dos indivíduos com base em suas características específicas. Eles se assemelham aos modelos de realização de status [*status-attainment models*] aplicados em pesquisas sobre estratificação e mobilidade social.

De acordo com os autores, esta técnica representa um avanço com relação aos tradicionais indicadores de segregação uma vez que estes últimos, como qualquer medida agregada, resultam em um único valor representando os grupos, ocultando variações individuais entre membros dos grupos delimitados. Nos *locational-attainment models*, a variável dependente expressa características das áreas nas quais os indivíduos vivem (tais como a média da renda do bairro, o percentual de brancos na população da área, a taxa de criminalidade etc.). As variáveis independentes são atributos de nível individual e do domicílio (por exemplo, renda, educação, raça, se o domicílio é próprio ou alugado etc.). Esta abordagem permite a inclusão de diversas variáveis de controle.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Formalmente, tratam-se de modelos de regressão OLS que seguem a seguinte fórmula:

A partir dos dados da região metropolitana de São Paulo, apresentaremos aplicações de *locational-attainment models* semelhantes aos do artigo “How Segregated are Middle-Class African-Americans” (Alba, Logan and Stults 2000). Neste artigo, os autores escolheram a mediana das rendas domiciliares dos setores censitários como variável dependente. As variáveis independentes são condição de propriedade do imóvel (se próprio ou alugado), a localização da residência (se em subúrbios ou cidades centrais) e duas variáveis socioeconômicas: renda domiciliar e educação. O modelo é estimado separadamente para brancos e negros. Se os resultados dos valores da variável dependente preditos pelos modelos são diferentes para negros e brancos com características semelhantes, isto é uma evidência de que raça é uma variável importante no que tange a residir em um bairro mais rico.

Para aplicar tal modelo a São Paulo, realizamos algumas mudanças. A variável dependente é o logaritmo da mediana da renda domiciliar das Áreas de Ponderação<sup>20</sup>. Com relação às variáveis socioeconômicas, mantivemos educação, mas optamos por não utilizar a renda domiciliar, uma vez que esta compõe a variável dependente. Em vez dela, empregamos as categorias ocupacionais EGP.

---


$$Y_{ij} = \alpha + \beta_1 X_{1ij} + \beta_2 X_{2ij} + \dots + \epsilon_{ij} \quad Y_{ij} = \alpha + \beta_1 X_{1ij} + \beta_2 X_{2ij} + \dots + \epsilon_{ij}$$

Nesta função, Y é a variável dependente correspondente às características do bairro j onde o indivíduo i mora. O valor da variável dependente (Y) é o mesmo para todos os indivíduos (i) residentes no mesmo bairro (j). As variáveis independentes (X) são variáveis de nível individual ou domiciliar como realização educacional ou renda. Os betas ( $\beta$ ) são os coeficientes das variáveis independentes. “Os coeficientes em equações deste tipo podem ser interpretados em termos da capacidade dos membros de um dado grupo converterem algumas características pessoais ou domiciliares em uma localização residencial favorável” (Alba, Logan & Stults 2000: 547). O coeficiente  $\alpha$  é o intercepto e  $\epsilon$  representa os erros do modelo.

<sup>20</sup> A conversão da mediana da renda domiciliar para logaritmo melhora o poder de predição ( $R^2$ ) do modelo e contribui para aproximar os resíduos para uma distribuição normal. Uma justificativa é o fato de que a distribuição de renda no Brasil possui um perfil log-normal (Santos 2005: 33-4). Uma das desvantagens da utilização da transformação logarítmica da variável dependente é a necessidade de realizar uma conversão do logaritmo para obter o valor predito.

**Tabela 11. Locational Attainment Models. Coeficientes para Negros e Brancos, RMSP, 2000 e 2010.**

Variáveis	2000		2010	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Gênero: Mulheres	,021 ***	,033 ***	,004 ***	,006 ***
Gênero: Homens (ref.)			***	***
EGP: Proprietários e Empregadores	,340 ***	,186 ***	,356 ***	,237 ***
EGP: Profissionais, Nível Alto	,235 ***	,149 ***	,261 ***	,150 ***
EGP: Profissionais, Nível Baixo	,150 ***	,063 ***	,182 ***	,089 ***
EGP: Técnicos e Supervisores	,057 ***	,029 ***	,062 ***	,020 ***
EGP: Trab. Não-Manuais, Nível Alto	,046 ***	,029 ***	,065 ***	,019 ***
EGP: Trab. Não-Manuais, Nível Baixo	,052 ***	,039 ***	,049 ***	,009 ***
EGP: Trab. Manuais Qualificados	,002	,001	,011 ***	-,005 ***
EGP: Trab. Manuais não-qualificados (ref.)				
Educação: Ensino Superior	,504 ***	,332 ***	,356 ***	,194 ***
Educação: Ensino Médio	,234 ***	,129 ***	,118 ***	,052 ***
Educação: Ensino Fundamental	,099 ***	,057 ***	,063 ***	,033 ***
Educação: Fundamental Incompleto (ref.)				
Propriedade do Imóvel: Próprio	-,052 ***	-,064 ***	-,029 ***	-,058 ***
Propriedade do Imóvel: Pagando	-,244 ***	-,174 ***	-,200 ***	-,175 ***
Propriedade do Imóvel: Alugado	,107 ***	,121 ***	,081 ***	,060 ***
Propriedade do Imóvel: Outras condições (ref.)				
Tipo de Imóvel: Casa	-,121 ***	-,096 ***	-,224 ***	-,217 ***
Tipo de Imóvel: Apartamento	,308 ***	,162 ***	,171 ***	,047 ***
Tipo de Imóvel: Outros (ref.)				
Idade, em anos	,009 ***	,005 ***	,007 ***	,004 ***
Número de pessoas no domicílio	-,014 ***	-,007 ***	-,011 ***	-,003 ***
Intercepto	7,232 ***	7,312 ***	7,487 ***	7,586 ***
R2 Ajustado	,440	,167	,441	,169

Nota: \* p &gt; 0.05 / \*\* p &gt; 0.01 / \*\*\* p &gt; 0.001



A partir dos valores dos coeficientes Beta de cada modelo, é possível comparar os efeitos para negros e brancos em termos de “ganhos de localização”, ou seja, em que medida cada variável independente favorece viver em uma vizinhança de maior renda para indivíduos em cada grupo.

Considerando, por exemplo, as variáveis socioeconômicas de Educação e de Categorias Ocupacionais, notamos que os coeficientes dos brancos são sempre maiores que os dos negros. Isso quer dizer que, estando negros e brancos em posições socioeconômicas semelhantes, os locais de moradia dos brancos são sempre mais “ricos” que o dos negros. O crescimento do valor dos coeficientes conforme consideramos categorias mais altas em educação e ocupação demonstram que melhoras de status socioeconômico proporciona ganhos de localização para negros e brancos, mas o ganho dos brancos é sempre maior. E quanto maior o diferencial entre os coeficientes para negros e brancos, maiores as diferenças de localização residencial. O acúmulo de educação, por exemplo, favorece mais os “ganhos de localização” dos brancos do que dos negros. Além disso, os brancos extraem maiores “ganhos de localização” quando exercem ocupações de maior status (como Profissionais ou Proprietários e Empregadores). Assim, o modelo fornece uma robusta demonstração de que os negros vivem em bairros mais pobres que os brancos independentemente de status socioeconômico.

Comparando-se os diferenciais dos valores dos coeficientes das variáveis socioeconômicas de 2000 para 2010, nota-se que o *gap* entre brancos e negros aumentou para todas as categorias de educação e quase todas de ocupação, exceto nas de proprietários e de profissionais de nível baixo, cujo *gap* teve ligeira diminuição. Devemos mencionar também que, em 2000, possuir ensino superior proporcionava “ganhos de localização” muito maiores do que em 2010, para brancos e negros.

No que tange a características do imóvel, viver em apartamento está associado com vizinhanças mais ricas do que viver em casa. Isso provavelmente relaciona-se com o fato de que os bairros mais centrais e elitizados são também os mais verticalizados. Em se tratando das variáveis de propriedade de imóvel, surpreende o fato dos coeficientes dos imóveis próprios e em financiamento sejam negativos. Tal resultado deve decorrer da grande proporção de imóveis próprios nas periferias, uma das características do processo de crescimento periférico da metrópole. A quantidade de pessoas no domicílio impacta negativamente para negros e brancos, mas principalmente para negros.

Coerentemente com as teorias de mobilidade residencial, idade proporciona “ganhos de localização” (mais para branco do que para negros), uma vez que

costuma estar associada com ascensão individual em carreiras profissionais. O fato do domicílio ser chefiado por mulher se associa, também, com vizinhanças de maior renda.

**Tabela 12: Valores de mediana das rendas domiciliares da área (em R\$ de 2010) preditos pelo modelo para um indivíduo hipotético de 50 anos de idade, com ensino superior, ocupação profissional de nível alto, proprietário de apartamento com quatro moradores.**

	2000	2010
Homens Brancos	5.644	5.106
Mulheres Brancas	5.762	5.124
Homens Negros	3.282	3.247
Mulheres Negras	3.392	3.267

Comparemos alguns casos hipotéticos: de acordo com os resultados do modelo, em 2000, um homem branco de 50 anos de idade, com ensino superior, exercendo uma ocupação profissional de nível alto e vivendo em seu próprio apartamento com mais três pessoas deve morar em uma área cuja mediana da renda domiciliar é de 5.644 reais. Uma mulher branca com as mesmas características deve viver em uma área cuja mediana da renda domiciliar seja 5.762 reais. Um homem negro nestas circunstâncias vive em uma área de mediana de renda 3.282 e uma mulher negra de 3.392.

Em 2010, esta diferença cai um pouco mais sem melhora para os negros. Este mesmo homem branco hipotético moraria em uma área cuja mediana da renda domiciliar é de 5.106 reais, 5.124 para o caso da mulher branca, 3.247 para o caso do homem negro, e a mulher negra viveria em uma área de renda mediana de 3.267 reais.

Assim, a análise do modelo mostra que, em geral, melhorias nas características socioeconômicas trazem maiores “ganhos de localização” para brancos do que para negros. Ou seja, melhores realizações individuais contam mais para brancos do que para negros quando se trata de morar em bairros mais privilegiados.

## 2.6. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Nas seções anteriores revelamos inflexões raciais nos contornos da segregação residencial na região metropolitana de São Paulo durante os primeiros dez anos do século XXI. Neste período, houve algumas transformações nas desigualdades raciais entre negros e brancos, como o crescimento da proporção de negros com diploma de ensino médio e superior. Porém, a expansão do ensino superior beneficiou muito mais brancos do que negros. Houve, também, aumento da participação de negros em categorias ocupacionais intermediárias e superiores. No entanto, num contexto de queda dos retornos em rendimento para os formados no ensino médio e superior, as desigualdades raciais de renda permaneceram fortes e iguais. Ademais, podemos também falar num diminuto crescimento na inclusão de negros na classe média (considerando classe média como formada pelas categorias ocupacionais de proprietários e profissionais).

Neste cenário, a segregação residencial por raça pouco se alterou. Tal qual constatado por pesquisas anteriores baseadas nos dados do Censo de 2000 (Pré-teceille & Cardoso 2008; França 2010), a segregação entre negros e brancos segue branda nas classes baixas e torna-se mais significativa nas classes médias e altas. Os modelos de regressão demonstraram que melhoras de status socioeconômico proporcionam maiores ganhos de localização brancos do que para negros.

A segregação por classe internamente aos grupos raciais é bem mais forte entre os brancos; ou seja, negros de diferentes classes sociais encontram-se mais próximos entre si do que os brancos. No entanto, nos espaços mais elitizados da metrópole há mais brancos pobres do que negros de quaisquer classes sociais. Há um permanente isolamento dos brancos de camadas superiores de todos os outros grupos, sendo que o grupo que mais se aproxima deles são os brancos de camadas intermediárias. Nas camadas intermediárias, aliás, observamos um substancial afastamento entre negros e brancos revelado pela correlação negativa entre os quocientes locacionais.

Neste contexto de maior inserção de negros em categorias ocupacionais não-manuais, os resultados indicam maior dispersão residencial dos negros de camadas intermediárias e superiores. Mas nossos dados não permitem asseverar se há mobilidade residencial dos negros de camadas intermediárias e superiores. Contudo, a despeito de qualquer uma destas possibilidades, o fato é que é difícil constatar que haja proximidade residencial destes grupos com brancos

dos mesmos estratos sociais. Negros e brancos de classe média continuam se concentrando em áreas muito distantes umas das outras.

Na estabilidade da segregação residencial que observamos a partir das evidências descritas neste capítulo, os dados mais salientes dizem respeito a grande separação dos brancos de camadas intermediárias e superiores de todos os outros grupos, que se encontram mais próximos entre si. São estes os principais elementos do desenho peculiar da segregação por raça e classe que observamos na metrópole paulistana. Se não houvesse as especificidades raciais aqui expostas e a segregação fosse puramente por classe social, haveria grande proximidade de negros e brancos de cada uma das classes, e não apenas entre os mais pobres. No entanto, o que observamos aqui também não se assemelha ao um modelo – típico de cidades norte-americanas – em que a raça se destacaria como sendo a principal clivagem residencial.